

**ATA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA**

**DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A**

**30 DE ABRIL DE 2015**

ATA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A  
30 DE ABRIL DE 2015

No dia trinta de abril do ano de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas, na Delegação dos Serviços Municipais em Alcáçovas, reuniu a Assembleia Municipal deste concelho, em sessão ordinária, tendo como ordem de trabalhos os seguintes pontos:

- 1) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão;
- 2) Apreciação de informação escrita sobre a atividade da Câmara;
- 3) Proposta de nomeação do Auditor Externo responsável pela certificação legal das Contas do Município de Viana do Alentejo;
- 4) Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2014;
- 5) 1.ª Proposta de Revisão ao Orçamento da Receita;
- 6) 1.ª Proposta de Revisão ao Orçamento da Despesa;
- 7) 1.ª Proposta de Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos.

O senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão tendo procedido de imediato à verificação das presenças. Estiveram presentes os seguintes membros:

- António João Coelho de Sousa, que presidiu;
- Nuno José Caeiro Grave, na qualidade de primeiro secretário;
- Fernando Manuel Tim Tim Janeiro, na qualidade de segundo secretário;
- João Pedro Valério Parra Martinho Antunes;
- Manuel Jorge de Matos Rafael;
- João Miguel Sítima dos Anéis;
- Maria Antónia Leal Boteta Gomes;
- José Luis Potes Pacheco;
- Dário José Gaiato Anastácio;
- Helena Isabel Barros Torrão;
- Joaquim António Vilalva Teixeira;
- Joaquim Maria Pinto Bento;
- José Fernando Nazaré Pereira;
- Joaquim Rodolfo Viegas, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo;
- Sara Cristina Cupido Carmo Grou Sim Sim Pajote, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas;
- António Inácio Torrinha Lopes, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar.

Verificaram-se as faltas dos seguintes membros:

- Bruno Miguel Pintado Pinto;
- Catarina Maria Lopes Carvalhinho Rosado.

Em representação da Câmara Municipal esteve o seu Presidente, tendo estado também presentes os senhores Vereadores João Pereira e João Penetra.

O senhor Presidente da Câmara informou que o senhor Vereador Paulo Manzoupo se encontra no Cineteatro Vianense a assistir ao concurso “Saber Fazer”, organizado pela Escola Dr. Isidoro de Sousa, de Viana do Alentejo.

Mediante votação por escrutínio secreto, a mesa justificou por unanimidade as faltas do membro Catarina Maria Lopes Carvalhinho Rosado à sessão extraordinária realizada no dia 1 de abril de 2015 e à sessão de hoje.

No período de antes da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento da correspondência recebida, salientando que a CCDRA - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, no passado dia 22 de abril, enviou o parecer final aprovado na quarta reunião plenária da Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal de Viana do Alentejo que teve lugar no dia 17 de abril de 2015. Com as observações de algumas Entidades que integram a Comissão de Acompanhamento, a CCDRA – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo emitiu parecer favorável à proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal.

Procedeu-se de seguida à votação da proposta de ata relativa à sessão ordinária de 20 de fevereiro de 2015, tendo a mesma sido aprovada com quinze votos a favor e não tendo participado na votação o membro Helena Isabel Barros Torrão, dado que não esteve presente na sessão a que a ata se refere, em obediência ao disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

Procedeu-se à votação da proposta de ata relativa à sessão extraordinária de 1 de abril de 2015, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

O senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o primeiro período de intervenção do público, não tendo havido qualquer participação.

Entrou-se de seguida na ordem de trabalhos:

**Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão** – A Assembleia deliberou por unanimidade aprovar a ata desta sessão em minuta no final da mesma, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**Ponto dois) Apreciação de informação escrita sobre a atividade da Câmara** – Relativamente à informação sobre a atividade da Câmara, não se verificou qualquer intervenção.

**Ponto três) Proposta de nomeação do Auditor Externo responsável pela certificação legal das Contas do Município de Viana do Alentejo** – O senhor Presidente da Câmara referiu que a Assembleia Municipal, na sessão ordinária de novembro de 2014, aquando da aprovação dos

Documentos Previsionais para 2015, autorizou a assunção dos encargos plurianuais decorrentes da prestação dos serviços de certificação legal das Contas do Município. Tendo sido convidada a Empresa Rosário, Graça & Associados, SROC, Ld.ª, a apresentar proposta para a certificação legal das Contas do Município, veio esta a responder, propondo-se efetuar o serviço pelo montante de 22.500,00 € (vinte e dois mil e quinhentos euros) correspondente a uma prestação mensal de 625,00 € (seiscentos e vinte e cinco euros) acrescida de 23% de IVA, durante 36 meses. Dado que nos termos do n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro é competência da Assembleia Municipal a nomeação do auditor externo responsável pela certificação legal das Contas, propõe-se que previamente à respetiva adjudicação, a Assembleia Municipal nomeie para o efeito a Empresa Rosário, Graça & Associados, SROC, Ld.ª.

A Assembleia deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada e nomear auditora externa responsável pela certificação das contas do Município a Empresa Rosário, Graça & Associados, SROC.

**Ponto quatro) Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2014** – O senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que antes do senhor Presidente da Câmara fazer a apresentação dos Documentos de Prestação de Contas relativas ao ano de 2014, pretende ele próprio tecer algumas considerações sobre os Documentos que são hoje submetidos à apreciação do órgão deliberativo. O senhor Presidente da Assembleia elogiou a qualidade dos Documentos, na linha do que vem sucedendo nos últimos anos. Disse que os Documentos apresentados são claros, simples e respondem integralmente às exigências legais. Acrescentou que num contexto que é de crise profunda e sem precedentes e em que o financiamento por parte do Poder Central é cada vez menor (neste Município verificou-se, desde 2010, um decréscimo de cerca de dois mil euros por ano), o Município de Viana do Alentejo consegue manter uma situação global estável, equilibrada, sem aumento do endividamento e com uma grande saúde financeira, na linha dos anos anteriores. Disse ainda o senhor Presidente da Assembleia que perante um orçamento de 2014 a rondar os oito milhões e quatrocentos mil euros, a execução da receita corrente e da despesa corrente foi boa. Realçou que o endividamento de curto prazo, rondando os quinhentos e sessenta e três mil euros, é relativamente baixo sendo também relativamente curtos os prazos de pagamento. Disse ainda que o endividamento de médio/longo prazo é de aproximadamente seiscentos e quarenta e seis mil euros, embora mais de metade desse valor se refira ao FAM – Fundo de Apoio Municipal. O senhor Presidente da Assembleia realçou a margem disponível para endividamento do Município, no montante aproximado de um milhão e duzentos mil euros. Sublinhou com agrado a situação de Tesouraria relativamente desafogada, fruto de uma gestão rigorosa e de um forte sentido de responsabilidade.

O senhor Presidente da Câmara, relativamente aos Documentos de Prestação de Contas do ano de 2014, em apreço, disse que em termos genéricos já foi referido o contexto difícil de 2014 e a falta de consideração com que o Poder Central continua a tratar o Poder Local. Referiu que se as transferências do Orçamento do Estado para 2010 se tivessem mantido, o Município de Viana do Alentejo teria arrecadado nestes últimos quatro anos, cerca de dois milhões de euros a mais. O senhor Presidente da Câmara realçou que dois milhões de euros a menos têm de fazer diferença! O senhor Presidente da Câmara sublinhou negativamente ainda os seguintes aspetos:

- A imposição da redução de pessoal e do número de dirigentes;

- As dificuldades de acesso ao crédito bancário, implicando que todo o investimento realizado tenha que ser suportado por fundos comunitários e disponibilidades da própria autarquia.

Referiu que as atividades de 2014, de uma forma geral, mantiveram-se praticamente todas, naturalmente com os ajustes que se mostraram necessários. Disse que as Contas de 2014, no entender do executivo em regime de permanência, refletem a atividade do Município num ano difícil, de fecho de um Quadro Comunitário (QREN) e de abertura de um novo (Portugal 2020). O ano de 2014 (Portugal 2020). O ano de 2014 ficou marcado por um volume de investimento muito inferior ao planeado, em virtude do atraso na obra do Paço dos Henriques, fruto das reclamações apresentadas pelas empresas concorrentes à realização da obra e que deram origem a uma providência cautelar e a uma ação judicial no Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja. O ano de 2014 apresentou valores muito baixos de receita, sendo os valores da despesa os mais baixos dos últimos cinco anos, ou seja, conseguiu-se ajustar a despesa à receita recebida e apesar de tudo a situação financeira do Município melhorou em 2014 face a 2013. O senhor Presidente da Câmara salientou que o saldo de operações orçamentais que transitou da gerência de 2014 para 2015 foi de 540.579,91€, enquanto que o transitado da gerência de 2013 para 2014 foi de 141.476,67€. Concluiu referindo “que apesar da conjuntura difícil que se atravessa, a gestão foi e será feita com o melhor equilíbrio possível, ajustando algumas atividades e ações, com a prévia análise das mesmas devidamente ponderadas e sempre no interesse do Município e das suas populações”.

O membro Helena Torrão disse que uma vez que não foram executadas as propostas apresentadas pela CDU para o ano de 2014, a referida bancada não poderá votar favoravelmente os Documentos de Prestação de Contas.

O senhor Presidente da Câmara, a exemplo do que referiu na reunião da Câmara de 21 de abril de 2014, a propósito da mesma argumentação para o sentido de voto, por parte do senhor Vereador João Penetra, disse que “a bancada da CDU terá o sentido de voto que entender, com os argumentos que quiser referir”. Contudo, acrescentou que se se fizer uma análise quanto à concretização dessas propostas, constata-se que em sete, quatro estão em andamento, não podendo algumas ser concretizadas. É disto exemplo a impossibilidade de aquisição de terreno em Aguiar para instalação de empresas quando ainda não foi aprovada a Revisão do PDM – Plano Diretor Municipal. O Projeto de Ampliação da Zona Industrial de Alcáçovas é um exemplo do acolhimento da proposta dos Senhores Vereadores eleitos pela CDU, uma vez que o trabalho já se encontra adstrito a um técnico da Divisão de Administração Urbanística. Há ainda outras situações em que as propostas, embora concretizadas, não são visíveis materialmente nos Documentos de Prestação de Contas. Assim, embora os eleitos da CDU tenham toda a liberdade para votar contra os Documentos de Prestação de Contas, disse o senhor Presidente da Câmara que em sua opinião o argumento invocado não lhe parece sustentável.

Procedeu-se à votação dos Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2014, tendo os mesmos sido aprovados com onze votos favoráveis e cinco votos contra por parte dos membros Helena Torrão, Joaquim Bento, Dário Anastácio, Joaquim Teixoeira e António Inácio Lopes.

**Ponto cinco) 1.ª Proposta de Revisão ao Orçamento da Receita** – O senhor Presidente da Câmara fez a apresentação genérica da primeira proposta de Revisão do Orçamento da Receita que inclui o saldo de Operações Orçamentais que transitou da gerência anterior, no montante de 540.579,91 €.

A primeira proposta de Revisão ao Orçamento da Receita foi aprovada com onze votos favoráveis e cinco abstenções por parte dos membros Helena Torrão, Joaquim Bento, Dário Anastácio, Joaquim Teixoeira e António Inácio Lopes.

**Ponto seis) 1.ª Proposta de Revisão ao Orçamento da Despesa** – O senhor Presidente da Câmara fez a apresentação genérica da primeira proposta de Revisão do Orçamento da Despesa, a qual tendo sido votada, foi aprovada com onze votos favoráveis e cinco abstenções por parte dos membros Helena Torrão, Joaquim Bento, Dário Anastácio, Joaquim Teixoeira e António Inácio Lopes.

**Ponto sete) 1.ª Proposta de Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos** – O senhor Presidente da Câmara fez a apresentação genérica da primeira proposta de Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, a qual tendo sido votada, foi aprovada com onze votos favoráveis e cinco abstenções por parte dos membros Helena Torrão, Joaquim Bento, Dário Anastácio, Joaquim Teixoeira e António Inácio Lopes.

Terminada a ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o segundo período de intervenção do público.

Neste período interveio o senhor José Luis Pacheco que referiu ter participado nas duas últimas reuniões da Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor Municipal de Viana do Alentejo, como membro nomeado pela Assembleia Municipal. Disse ter sido com bastante agrado que ouviu os técnicos da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo elogiarem o Plano Diretor Municipal deste Município, considerando-o um “Documento muito bem elaborado”. Disse este interveniente que, na sua opinião, o Plano Diretor que até agora vigorou continha aspetos bastante positivos, nomeadamente no que concerne à proibição de deter animais dentro do perímetro urbano. No Plano Diretor que irá entrar em vigor não se encontra qualquer artigo que restrinja a posse destes animais dentro do perímetro urbano.

- O senhor Presidente da Câmara referiu que estando o Documento na fase de discussão pública, é altura de se darem os contributos julgados necessários para a sua melhoria.

- O senhor Presidente da Assembleia perguntou se a equipa técnica que está a proceder à Revisão do Plano Diretor Municipal poderá efetuar uma apresentação do trabalho aos membros da Assembleia Municipal.

- O senhor Presidente da Câmara concordou com a proposta e sugeriu que essa reunião tenha lugar antes das que serão realizadas com a população, nas três freguesias. Após a confirmação da data, será enviado a todos os membros da Assembleia, um e-mail informativo.

- O senhor Vereador João Penetra, neste período de intervenção do público, clarificou que o sentido de voto da bancada da CDU, contra os Documentos de Prestação de Contas, não põe em causa nem a honestidade nem a honorabilidade dos eleitos do Partido Socialista, em maioria. Trata-se de um voto contra a gestão política seguida e nada tem a ver com a análise técnica das próprias Contas. Este Vereador acrescentou que na reunião da Câmara Municipal em que foram aprovados os Documentos de Prestação de Contas, teve oportunidade de referir que se a Conta fosse votada em separado do

Relatório, o seu voto seria favorável à Conta e contra o Relatório dado que este reflete opções políticas com as quais está em discordância.

- O senhor Presidente da Câmara disse que sendo as Contas o reflexo das opções que se tomam, continua-lhe a fazer pouco sentido isolar as Contas, do Relatório. Em seu entender, as Contas integram a vertente técnica e a vertente das opções políticas tomadas.

O senhor Presidente da Assembleia, após aprovação por unanimidade da minuta relativa a esta ata, declarou encerrada a sessão às vinte e três horas e quinze minutos.

Aprovada a 26 de junho de 2015.

O Presidente da Assembleia,

---

O Primeiro Secretário,

---

O Segundo Secretário,

---